



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE - ES
Secretaria Municipal de Administração
CEP: 29.500-000 - ALEGRE - ESPÍRITO SANTO

LEI Nº 2.847/2007

Celebra Termo de Confissão de Débitos Previdenciários e Acordo de Parcelamento com o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE - IPASMA, e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre Estado do Espírito Santo aprovou, e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art 1º - Realiza Termo de Confissão de Débitos Previdenciários e Acordo de Parcelamento com o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE - IPASMA, no valor de:

a) R\$ 122.344,32 (cento e vinte e dois mil, trezentos e quarenta e quatro reais e trinta e dois centavos) que, atualizado até abril de 2007, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da Fundação IBGE, monta em R\$ 160.009,11 (cento e sessenta mil, nove reais e onze centavos), correspondente às contribuições patronais previdenciárias, devidas e não repassadas tempestivamente ao RPPS até dezembro de 2004, referente às competências de agosto a dezembro de 2003 e janeiro a dezembro de 2004.

b) R\$ 56.330,13 (cinquenta e seis mil, trezentos e trinta reais e treze centavos) que, atualizado até abril de 2007 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da Fundação IBGE, monta em R\$ 73.208,11 (setenta e três mil, duzentos e oito reais e onze centavos) correspondente às contribuições previdenciárias descontadas dos segurados, devidas e não repassadas tempestivamente ao RPPS, referente às competências de março a dezembro de 2004.

Art 2º - O parcelamento e pagamento da dívida supracitada far-se-á mediante a celebração do termo de confissão e acordo de parcelamento de débitos previdenciários, obedecidas às regras do art. 32, da Orientação Normativa SPS nº 01, de 23 de janeiro de 2007, observando-se o seguinte:

I. a dívida de que trata a alínea "a", do art. 1º, será parcelada em 240 (duzentos e quarenta) meses, sendo o valor da prestação de R\$ 1.131,73 (um mil, cento e trinta e um reais e setenta e três centavos), acrescida da variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC;

II. a dívida de que trata a alínea "b" do art. 1º será parcelada em 60 (sessenta) meses, sendo o valor da prestação de R\$ 1.409,91 (um mil, quatrocentos e nove reais e noventa e



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE - ES
Secretaria Municipal de Administração
CEP: 29.500-000 - ALEGRE - ESPÍRITO SANTO

um centavos), acrescida da variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

Art 3º - Para amortização da dívida, nos termos desta Lei, será utilizada a seguinte dotação do orçamento do município: 004001.288430582.068 - Amortização e encargos da dívida contrato; e, 469071000 - Principal da dívida contratual resgatado - Ficha 0036.

Art 4º - O Poder Executivo consignará nos orçamentos futuros, durante o prazo do parcelamento estabelecido no artigo 2º desta lei, dotações suficientes à amortização da dívida.

Parágrafo Único: Fica autorizada a retenção mensal e automática no Fundo de Participação dos Municípios - FPM, em favor do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE - IPASMA**, dos valores apurados na presente Lei.

Art 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art 6º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal 2708/2006.

Alegre - ES, 18 de maio de 2007.

Dr. Djalma da Silva Santos
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE - ES
GABINETE DO PREFEITO

**TERMO DE CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS E
ACORDO DE PARCELAMENTO**

O **MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 027.174.101/0001-35, com sede na Rua, Parque Getúlio Vargas, nº 1 - Bairro Centro, Alegre, Estado do Espírito Santo, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Djalma da Silva Santos, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 219.216 - SSP/ES, inscrito no CPF/MF sob o nº 332.480.877 - 49, residente e domiciliado na Rua Joaquim Hidelbrando de Carvalho, s/nº, doravante denominado **DEVEDOR** e o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE - IPASMA**, pessoa jurídica de direito público interno, de natureza autárquica, instituído pela Lei nº 1.972, de 29 de abril de 1992 e reestruturada pela Lei nº 2.812, de 12 de fevereiro de 2007, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.269.863/0001-82, com sede na Rua Francisco Teixeira, 122, Centro, neste Município, neste ato representado por sua Diretora Executiva, a Sra. Leila Maria Donato Coelho, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade nº 509.760, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Espírito Santo, inscrita no CPF/MF sob o nº 719.063.047 - 34, residente e domiciliada Rua 15 de Agosto, nº 236/302, Centro, Alegre/ES, doravante denominada **CREDORA**, acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. Pelo presente instrumento o Município de Alegre - ES confessa ser Devedor junto ao IPASMA das quantias de:

a) R\$ 122.344,32 (cento e vinte e dois mil, trezentos e quarenta e quatro reais e trinta e dois centavos) que, atualizado até abril de 2007, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da Fundação IBGE, monta em R\$ 160.009,11 (cento e sessenta mil, nove reais e onze centavos) correspondente às contribuições patronais previdenciárias, devidas e não repassadas tempestivamente ao RPPS até dezembro de 2004, referente às competências de agosto a dezembro de 2003 e janeiro a dezembro de 2004, conforme planilha que deste instrumento faz parte (Anexo I).

b) R\$ 56.330,13 (cinquenta e seis mil, trezentos e trinta reais e treze centavos) que, atualizado até abril de 2007 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da Fundação IBGE, monta em R\$ 73.208,11 (setenta e três mil, duzentos e oito reais e onze centavos) correspondente às contribuições previdenciárias descontadas dos segurados, devidas e não repassadas tempestivamente ao RPPS, referente às competências de março a dezembro de 2004, conforme planilha que deste instrumento faz parte (Anexo I).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE - ES
GABINETE DO PREFEITO

1.2. O DEVEDOR se compromete a quitar os montantes referidos nas letras "a" e "b" desta Cláusula na forma aqui estabelecida.

1.3. O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida, assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas, não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

CLÁUSULA SEGUNDA - PAGAMENTO

2.1. O parcelamento do débito de que trata a Cláusula Primeira fundamenta-se na Lei Municipal nº 2847/2007, e no art. 32, da Orientação Normativa SPS nº 01, de 23 de janeiro de 2007, e será realizado:

2.1.1. A dívida de que trata o item 1.1., alínea "a", será parcelada em 240 (duzentos e quarenta) meses, sendo o valor da prestação de R\$ 1.131,73 (um mil, cento e trinta e um reais e setenta e três centavos), acrescida da variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

2.1.2. A dívida de que trata o item 1.1., alínea "b", será parcelada em 60 (sessenta) meses, sendo o valor da prestação de R\$ 1.409,91 (um mil, quatrocentos e nove reais e noventa e um centavos), acrescida da variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

2.2. A primeira parcela será paga até o dia 30.05.2007 e as demais parcelas na mesmo dia dos meses ulteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagá-las em dia.

2.3. O Devedor autoriza que seja efetuada automaticamente a retenção no Fundo de Participação dos Municípios - FPM, e o repasse ao CREDOR, na Agência 0281-X, Conta 9.745-4 do Banco do Brasil S/A, do valor das parcelas estabelecidas no item 2.1.

2.4. O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

2.5. O parcelamento da dívida constante deste instrumento é definitiva e irretratável, ressalvados os privilégios assegurados ao CREDOR para a sua cobrança judicial, atualizada pelos citados índices até a data de sua inscrição em Dívida Ativa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE - ES
GABINETE DO PREFEITO

CLÁUSULA TERCEIRA - CORREÇÃO

3. O Montante do Saldo Devedor e o valor atualizado de cada parcela, determinados na Cláusula Segunda, item 2.1., serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC acrescido de uma taxa anual de juros de 6% (seis por cento), conforme nota em documento anexo.

CLÁUSULA QUARTA - DA INADIMPLÊNCIA

4. Fica convencionado entre as partes que o não pagamento pelo DEVEDOR de qualquer das parcelas nos vencimentos estipulados implicará no imediato vencimento do saldo devedor remanescente, passando a ser inscrito em dívida na Dívida Ativa do CREDOR, com os acréscimos legais.

CLÁUSULA QUINTA - DA MORA

5. Ocorrendo atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, incidirão juros de 1% (um por cento) e correção pelo INPC, desde a data do vencimento até a data do pagamento.

5.1. O CREDOR não está obrigado a providenciar qualquer notificação ou interpelação para constituir o DEVEDOR em mora pelo não pagamento de qualquer das parcelas do presente Termo, sendo que o seu inadimplemento já o obrigará ao pagamento da totalidade remanescente na forma prevista na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA SEXTA - RESCISÃO

6.1. Constituem-se em motivos para rescisão deste acordo, que ocorrerá independentemente de qualquer intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial:

- a) a infração de qualquer das cláusulas deste instrumento;
- b) a falta de pagamento de três parcelas consecutivas ou não, ou a falta de recolhimento de qualquer das contribuições normais.

6.2. A rescisão do presente acordo por descumprimento de quaisquer das cláusulas servirá para inscrição do débito em Dívida Ativa, no todo ou em parte.

6.3. A rescisão deste acordo implicará na atualização monetária sobre o saldo devedor, sujeitando-se o DEVEDOR à cobrança judicial, acrescida dos juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar da data da última parcela paga, até a da inscrição da dívida.

~ 10



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE - ES
GABINETE DO PREFEITO

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DEFINITIVIDADE

7. A assinatura do presente Termo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando, ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos arts. 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA OITAVA - PUBLICIDADE

8. O presente Termo de Confissão de Débitos Previdenciários e Acordo de Parcelamento entrará em vigor na data de sua publicação, que será feita por afixação no mural da Administração Municipal, na forma da Lei Orgânica Municipal.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9. Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham a surgir no decorrer da execução do presente Termo, as partes de comum acordo elegem o foro da Comarca de Alegre - Estado do Espírito Santo.

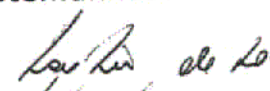
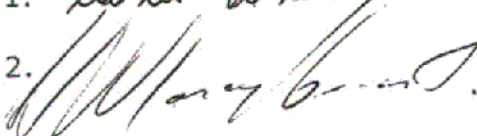
Para fins de direito, este instrumento é assinado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, diante de 2 (duas) testemunhas.

Alegre - ES, 18 de maio de 2007.


Djalma da Silva Santos
Prefeito Municipal


Leila Maria Donato Coelho
Representante do RPPS

Testemunhas:

1.  CPF 862.638.357-15
2.  CPF 252.334.087-91

862.639.357-15